

O DEFICIENTE VISUAL E O ENSINO SUPERIOR NO PIAUÍ NA PERSPECTIVA DE ALUNOS CEGOS

Rogéria Pereira Rodrigues- Mestranda da UFPI

E-mail: Rogeriap.rodrigues@hotmail.com

Susana Araújo Chaves- Mestre pela UFPI

E-mail: sachaves.sb@gmail.com

Resumo

O movimento das pessoas com deficiência visual no Piauí legou a educação desses sujeitos relevante contribuição. Os anos 80, do século XX foi cenário do ingresso da primeira pessoa com deficiência visual no ensino superior deste estado, contudo nesse contexto estar no ensino superior, não significava ter apoio que suprisse as necessidades educacionais oriundas da deficiência. Portanto, este trabalho apresenta resultados belíssimos referentes à inclusão de pessoas com cegueira no estado do Piauí, na década de 80 do século XX, objetivando refletir e investigar na perspectiva de alunos cegos, como se deu a iniciação dos primeiros cegos no ensino superior, além de fazer um breve paralelo com o movimento inclusivo no ensino superior nos anos 2000.

Palavras-chave: Ensino Superior- Inclusão- Deficiência Visual.

Introdução

As políticas públicas para o ensino superior, na atualidade veem contemplar, as camadas menos favorecidas que até então eram desconvidadas a galgarem esse nível de ensino, também é importante ressaltar os fortes debates, nos campos: da cultura, da ciência, da política, da pluralidade, fertilizando o surgimento de novos paradigmas, contribuindo com a inclusão de novos sujeitos, no ensino superior.

As discussões sobre as oportunidades ganham cada vez mais espaço em diversos segmentos sociais, dando origem a políticas afirmativa direcionada para diminuir e/ou controlar as desigualdades que distanciam um grande número de pessoas do desenvolvimento contemporâneo. Tais políticas afirmativas procuram solucionar déficits, que o desenvolvimento tecnológico, intelectual, econômico e educacional tem para com os menos favorecidos, Dentre estas ações surgem às políticas inclusivas, sobre

as quais este trabalho se deterá, especificamente, no que diz respeito à inclusão educacional de deficientes visuais no ensino superior de Teresina.

Como afirma Tunes: (2003, p. 6):

Inclusão tal como a empregamos, fazendo referência, tacitamente, a um grupo singular de pessoas. Esse grupo não diz respeito a adultos analfabetos que nunca foram à escola e continuam fora dela: também não diz respeito a todas aquelas crianças que, por razões variadas, estão fora da escola. Em geral, expressão é aplicada e entendida numa referência específica as pessoas diagnosticadas como deficientes. Principalmente as crianças e jovens. E, obviamente, se falamos de inclusão escolar de pessoas deficientes é porque elas estão excluídas do processo de escolarização.

As políticas inclusivas promovem ações destinadas ao atendimento de uma clientela numerosa que se encontra a margem do desenvolvimento social pretendendo subsidiar a inserção destas pessoas nos diversos segmentos e serviços sociais como: Educação básica/Ensino Superior, trabalho, transporte, saúde, entre outros.

Este estudo pretende analisar o processo de inclusão e permanência no ensino superior na década de 80 do século XX, na UFPI. Tendo como suporte metodológico a abordagem qualitativa, pois, segundo Gonçalves (2003), preocupa-se com a compreensão, com a interpretação do fenômeno, considerando o significado que os outros dão às suas práticas. Trata-se de um estudo de natureza explicativa, pois busca a compreensão acerca do processo de inclusão na década de 80 do século XX, na Universidade Federal do Piauí. De forma a conhecer essa realidade pouco estudada, em especial o início do ingresso das pessoas com deficiência visual no ensino superior de Teresina.

A pesquisa foi desenvolvida na residência do sujeito participante sendo que este é pessoa com deficiência visual/cegueira do sexo masculino, 80 anos de idade, graduado em Pedagogia pela UFPI e pós-graduado em nível de especialização em gestão escolar - UFPI.

O instrumento adotado para a coleta de informações foi o roteiro de entrevista semi-estruturada. Estas foram realizadas com o auxílio do gravador de voz digital, e posteriormente foram transcritas na íntegra.

As informações obtidas foram analisadas a partir da análise de conteúdo, explorando as causas de forma objetiva. Em seguida, as informações foram

interpretadas qualitativamente procurando compreender o fenômeno, levando em conta a importância subjetiva que os outros dão às suas ações.

Ensino superior no contexto inclusivo

A inclusão de pessoas com deficiência visual no ensino superior vem se fortalecendo decorrente das exigências que o sistema capitalista impõe para a sociedade, o sucesso profissional, este se tornou o alvo da sociedade atual, e um dos caminhos dessa conquista é o ensino superior, que nos últimos anos vem ampliando significativamente e incorporando pessoas que até então, não faziam parte desse grupo.

Segundo Aprile (2009) o sistema neoliberal exige do trabalhador competências e habilidades de pessoas dispostas a “aprender a aprender” e a responder as qualificações que vão sendo forjadas, desenvolvendo novas competências exigidas para a vida na sociedade contemporânea. A solicitação do cumprimento de funções mais cerebrais, como raciocínio lógico, resolução de questões surgidas no cotidiano do trabalho, disposição de estar sempre aprendendo, e a cobrança de um novo padrão atitudinal, qual seja, uma força de trabalho mais cooperativa, autônoma e comunicativa, são aspectos que se coadunam com a ampliação da escolaridade. Esses fatores estimulam as camadas menos favorecidas a buscarem o ensino superior na tentativa de uma ascensão e mobilidade social, desencadeando criação de políticas que atenda a necessidade dessa clientela, neste caso especificam a inclusão de pessoas com deficiência visual.

Discutir a inclusão no Brasil, inicialmente é necessário conhecer a efetividade e credibilidade desse processo. Além de analisar a inclusão da pessoa com deficiência em todos os passos da sociedade, haja vista a inserção gradativa desses sujeitos em diferentes espaços e ambientes sociais, mas por outro lado essa inserção tem se caracterizado mais como integração que inclusão. Bruno (apud CASTRO e LIBÓRIO, 2005) afirma que não obstante a instalação da inclusão na sociedade, um ponto ainda emperra esse processo: o imaginário social, que ainda mantém a imagem da deficiência como “incapacidade, desvantagem e menos valia”.

Apesar dos registros apontarem o século XIX como um marco no atendimento das pessoas com deficiência, realizando essa assistência em espaços segregados como afirma Tomasini (1998, p.120):

É pressuposto básico da educação especial que esse indivíduo possa ter oportunidades educacionais e sociais, através de

procedimentos especiais, em locais apartados do sistema regular de educação. Assim se operam, na verdade os princípios de anormalização e segregação, por meio de práticas de impedir o acesso ao fluxo normal e dinâmico da sociedade reproduzindo as diferenças pela inserção em escolas especiais daqueles alunos que não eram considerados diferentes antes da escolaridade. Quanto mais especial for o atendimento maior o grau de potencial da segregação.

Contudo é visível um grande avanço na educação especial, principalmente nos anos 80 e 90, mas ainda hoje se constata uma pouca atenção em relação ao atendimento das necessidades especiais de pessoas com deficiência. Sendo que o apoio que esta recebe em grande parte se localiza nas instituições especializadas que dirigem seus serviços preferencialmente a alunos matriculados na educação básica. Deixando o ensino superior na responsabilidade das próprias pessoas com deficiência que o procura.

Análise e discussão dos dados

As informações coletadas, contem dados riquíssimos, referentes às configurações do movimento inclusivo no ensino superior no período de implantação do paradigma da inclusão no Brasil, além de contribuir para a reflexão e apoio da pessoa com cegueira no ensino superior, pois acredita-se, na validade desse estudo e na necessidade de outras pesquisas que venham a contribuir com o conhecimento acadêmico e com a melhoria das condições de inclusão desse publico.

As pessoas com deficiência começaram a ter acesso à Educação Superior no Brasil, a partir da década de 80, com a instituição do Ano Internacional da Pessoa Com Deficiência (1981) e da instituição da Década das Nações Unidas Para a Pessoa com Deficiência (1983-1992), que provocaram um olhar sobre a exclusão social sofrida por estas pessoas. Entretanto, não se ofereciam adaptações, por isso somente candidatos que não necessitavam de alterações mais significativas conseguiam êxito (SASSAKI, 2001). Também é importante ressaltar que para chegarmos à inclusão de pessoas com cegueira no ensino superior, se fez um longo trajeto que se iniciou no século XIX, passando por alguns percalços até a significativa participação dos movimentos sociais organizados por pessoas com deficiências, que no caso do Piauí, subsidiou os cegos a ingressarem e cursarem um ensino superior neste estado.

A ampliação e o acesso à educação pela população em geral, refletiu na organização e no modelo de educação das pessoas com deficiência. Inicialmente com a

institucionalização no século XIX e posteriormente o período integrativo e inclusivo. A segunda metade do século XX constituiu um novo cenário para a educação especial, alterando de forma relevante o perfil dos sujeitos assistidos, tais sejam pessoas reivindicadoras, além de alterações no modelo de educação, para as pessoas com deficiência. Segundo Mendes (2006), os motivos que conduziram essas alterações estão intimamente ligados, ao aumento significativo do número de pessoas com deficiência, decorrentes das duas guerras mundiais; insatisfações das pessoas com deficiências, familiares e simpatizantes da causa, como também os altos custos que o sistema paralelo de ensino onerava ao estado e a nova concepção referente ao papel da pessoa com necessidade especial na sociedade.

Ainda conforme Mendes (2006) as justificativas que também fortaleceram a substituição do modelo segregativo para o integral, foram: motivos morais, lógicos, científicos, políticos, econômicos e legais. Lançaram as bases para uma proposta de unificação da rede de ensino. Como também os movimentos sociais pelos direitos humanos na década de 60 prestaram relevante contribuição, conscientizando e sensibilizando a sociedade sobre os prejuízos da segregação e da marginalização de indivíduos do grupo com *status* minoritários, tornando a segregação sistemática de qualquer grupo ou criança uma prática intolerável.

Esse movimento refletiu no Piauí, de forma significativa, surgindo à associação dos cegos do Piauí- ACEP, fundada em 1967 por um grupo de cegos, que segundo SF, um dos fundadores:

“[...] montamos a ACEP, com o objetivo de educar, socializar e criar oportunidade de trabalho para o cego, hoje, quando se fala de deficiente visual no Piauí, pensa-se antes e depois da ACEP, antes sucatas humanas, depois homens e mulheres aptos para a vida social, todo cego que procura a ACEP, é acolhido e tem perspectiva de melhores oportunidades, [...]. SF

O campo mais forte de atuação entre os serviços que a ACEP oferece, é a educação, apoiando pedagogicamente e tecnicamente os estudantes com deficiência visual, desde a alfabetização até o ensino superior, contudo, este último só foi contemplado pela associação até meados de 96, pois as parcerias com o governo do Estado e do município de Teresina, que essa entidade vem celebrando durante mais de quarenta anos, não incorpora o apoio pedagógico, aos alunos deficientes visuais matriculados no ensino superior.

SF relata que desde 80, cegos piauienses cursam ensino superior:

“[...] Eu fui estudante do curso de pedagogia, na década de 80, entrei em 82, na Universidade Federal do Piauí, naquela época era muito difícil, primeiro o acesso físico, o transporte público de Teresina ainda era muito precário, e aí, eu ia com uma colega, que era professora da ACEP, e eu era diretor do centro de habilitação e reabilitação de cegos-CHARCE, escola que funciona dentro da ACEP. Um outro empecilho, era a falta de material adaptado, eu tinha que fazer toda adaptação necessária e essa colega era que lia pra mim, me ajudava nas provas, a universidade não se preocupava nem minimamente com nossa permanência, e na ACEP, o apoio era complicado, pois as professoras se recusavam a nos acompanhar, se justificando que eram formadas pela escola normal, então como é que vamos atender o ensino superior? Foi difícil, tive que trancar o curso duas vezes, por não ter estrutura.

Analisando os pontos destacados por SF, é perceptível a importância dos movimentos sociais, nesse caso a ACEP é um forte pilar para a educação dos cegos, pois fica visível a participação efetiva dessa instituição na inserção da pessoa com deficiência visual, nos sistemas educacionais, porém, os fatos narrados por SF, embora tenha acontecido na década de 80, são bastante similares com o diagnóstico de outras pesquisas em faculdades de outros estados realizadas já nos anos 2000. Pois percebe-se o descumprimento com as condições de acessibilidade por parte dessas universidades junto as pessoas com deficiência responsabilizando-as indiretamente pela sua inclusão Como podemos visualizar, No caso específico dos alunos da PUC-Campinas:

Os problemas mais frequentes encontrados, por enquanto, se relacionam as seguintes dificuldades: vestibular; acesso a literatura de apoio as disciplinas; utilização de laboratórios; acompanhamento das aulas, principalmente daqueles que exigem a interpretação de gráficos, esquemas, figuras, filmes não dublados, recurso áudio visuais, etc.; realização de provas em conjunto com a classe; socialização e locomoção.

Deste modo, é necessário um empenho concreto por parte do poder público na elaboração de políticas afirmativas que elabore um desenho universal envolvendo todos os sujeitos na dinâmica social. A ausência, ou a tímida existência de apoio pedagógico, atitudinal, e de acessibilidade aos alunos com deficiência no ensino superior, implica uma evasão desse público, um desestímulo a tentar vestibular, além de refletir um

aspecto retardatário da educação especial, característico da educação especial do início da sua história oficial, em pleno período inclusivo.

De acordo com RUSS (1998): A educação especial retarda a incorporação em sua prática pedagógica dos avanços teórico-metodológicos produzidos no âmbito das transformações sociais mais amplas. Ou seja, a ênfase e o empenho são direcionados no sentido de proporcionar ao sujeito de necessidades educacionais especiais um enquadramento em uma atividade elementar específica e tardia no modo de produção capitalista.

Sendo assim, nota-se que a sociedade propõe uma educação para as pessoas com necessidades especiais. Contudo, as ações educacionais voltadas a essa clientela ocorrem como um processo elementar, amortecendo parcialmente as reivindicações por uma educação plena e com qualidade, destinada a esse público. Desviando e institucionalizando de forma fragmentada as reivindicações dos movimentos de bases, não aproveitando os bons ventos da sociedade contemporânea com seu desenvolvimento tecnológico, intelectual, criativo.

O ensino superior, segundo SF, representa para o cego:

“[...] É um sonho, pois parece que a universidade só olha o cego para pesquisa, não quer ver nenhum de nós como intelectual, uma prova disso é a dificuldade para fazer o vestibular, no meu caso, na minha primeira inscrição, não pude fazer a prova, pois disseram que não tinham como me atender, mas todo dia na ACEP, tem universitários tentando nos entender, o preconceito é muito grande, e o engraçado é que os videntes são desconfiados com os cegos na universidade e todo dia me perguntavam na minha época: você entrou por cotas? Seria bom se elas existissem, pois era a prova que alguns desses políticos têm o mínimo de preocupação com a inserção intelectual dos cegos. Olha a permanência e a acessibilidade na universidade para quem é cego é um convite a nunca mais ir lá, e eu acho ousadia, com tudo isso, quem ainda continua.

Olhando o panorama apresentado pelo sujeito colaborador deste trabalho, e comparando com leituras apresentadas acima, é possível visualizar o descumprimento institucional para a inclusão do aluno com deficiência visual no ensino superior, deixando todas as responsabilidades de ingresso e permanência nas mãos dos candidatos com diferenças, criando implicitamente os limites intelectuais que essas pessoas possam atingir. Nesse caso coloca o ensino superior em um patamar de utopia e desafios a alcançar por quem foi, e, é descompensado biologicamente e socialmente de

oportunidades, em está escrevendo e produzindo suas histórias individuais e coletivas com dignidade e oportunidade plena.

Conforme David Rodrigues (2004) a universidade precisa discutir uma inclusão de pessoas com necessidades especiais não de forma voluntaristas e semi-clandestinos, mas pelo contrário que se assuma como política social e educativa. Dessa forma são indispensáveis leis que legalize o processo de inclusão das pessoas com necessidades especiais em todos os níveis de ensino. Ou seja, a legislação que avance no sentido de punir severamente as instituições e espaços que negligencie a inclusão de pessoas com deficiência, por isso, é essencial que se olhe a inclusão na perspectiva de um direito inviolável em detrimento de efetivações tímidas de uma inclusão semi-clandestina e cheia de brechas que refletem negativamente na formação do estudante com deficiência.

Conclusões

Os resultados apresentados nos mostra a dificuldade e morosidade no processo de implantação do paradigma da inclusão no ensino superior, pois nota-se que embora temos uma ampla legislação, a inclusão continua sendo feita de forma improvisada, colocando o estudante cego, algumas vezes, em situações constrangedoras, e de “eterna” superação de barreiras físicas e humanas que poderiam ser resolvidas com um desenho universal, acessível e com pessoas sensíveis a pluralidade humana.

O movimento de inclusão no Brasil tem sofrido, no entanto, vários percalços provocando uma certa discordância entre pesquisadores de referência nessa área, que têm discutido sobre a viabilidade de uma sociedade inclusiva no Brasil, pois se constata, na prática, uma disparidade entre a realidade e o que preconizam as leis. Inúmeros são os fatores que provocam essa discussão. São debatidas desde as condições necessárias à inclusão, no que se referem às adequações físicas, materiais e curriculares, até as competências exigidas dos profissionais envolvidos nessa questão.

De acordo com Silva (apud Vieira, 2010, p. 115), vive-se “um tempo paradoxal”, em que leis, tratados, declarações, acordos e outros tantos instrumentos são assinados, no sentido de redução das desigualdades sociais e da inclusão social. Mas se há tanta discussão, tanta legislação, tantos debates e declarações acerca da inclusão em todos os âmbitos, por que o que se percebe em escala muito maior, é a exclusão?

Percebe-se que há concordância quando se refere à inclusão como o outro lado da exclusão de pessoas com deficiências na educação. No entanto, as resistências que

inviabilizam a inclusão são várias, tais sejam: preconceito, estigma, barreiras atitudinais, arquitetônica, etc. Esses fatores reforçam a exclusão e coloca a inclusão como um desafio à pessoa com deficiência que busca se inserir nos segmentos e ambientes sociais.

Portanto, é necessário se pensar numa sociedade universalista e nunca cair nas armadilhas do único, pois dos 7 bilhões de pessoas no mundo, 15% algo em torno de 650 milhões de pessoas sedentas por oportunidade e inclusão efetiva, comprometida em sanar necessidades reais que venha a alterar suas vidas, e possibilite a conquista de espaços, como trabalho, lazer e ensino superior.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

TUNES, Elisabeth. Preconceito, inclusão e deficiência – o preconceito no limiar da deficiência. In: THUNES, E; BARTHOLO, R. (Orgs.). **Nos limites da ação: preconceito, inclusão e deficiência.** São Paulo, São Carlos: EdUFSCar, 2007, p. 50-56.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira da Educação.** V.11 n.33, set./dez. 2006.

*Depoimento colhido em 21 de Outubro de 2011, Teresina, Piauí.

CARVALHO, J. O.F. de; ARANHA, M. C.L.F.M; Moraes, M. C.M.de. **Apoiando os deficientes visuais no ensino superior: O Projeto de Acessibilidade aos alunos da PUC-Campinas.** I Seminário Acesibilidade, Tecnologia da Informação e Inclusão Digital (São Paulo, Brasil, 28-29/08/2001) Acesso em: jan/2008. Disponível em <http://www.fsp.usp.br/acessibilidade>

LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra; CASTRO, Bernardo Monteiro. Dialogando sobre preconceito, políticas de inclusão escolar e formação de professores. In: SILVA, D. J. da; LIBÓRIO, R. M. C. (Orgs.) **Valores, preconceitos e práticas educativas.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

MACEDO, L. de. Fundamentos para uma Educação Inclusiva. Disponível em: <http://www.educacaoline.pro.br>. Acesso em 30/06/2002.

SASSAKI, Romeu. **Inclusão: a universidade e a pessoa com deficiência.** Disponível em www.apacsp.com.br .

APRILE, Maria Rita; BARONE, Rosa Elisa Mirra. **Educação superior: políticas públicas para inclusão social.** São Paulo, v.2, n.1, p.39-55, Jan./Jul. 2009.

RODRIGUES, David. **A inclusão na Universidade: limites e possibilidades da construção de uma Universidade Inclusiva.** Cadernos, edição: 2004, n. 23.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade par todos.** 5 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2001.

SILVA, Saulo César da. **A inclusão de pessoas com necessidades especiais no Ensino Superior**: Realidade ou utopia? Sumaré, revista acadêmica eletrônica. São Paulo, 2010.

ROSS, P. R. Educação e trabalho: a conquista da diversidade ante as políticas neoliberais. In: BIANCHETTI, L.; FREIRE, I. M. (Orgs.). **Um olhar sobre a diferença**: interação, trabalho e cidadania. Campinas – SP: Papyrus, 1998.

TOMASINI, M. E. A. Expatriação e segregação institucional da diferença: reflexões. In: BIANCHETTI, L.; FREIRE, I. M. (Orgs.). **Um olhar sobre a diferença**: interação, trabalho e cidadania. Campinas – SP: Papyrus, 1998.